

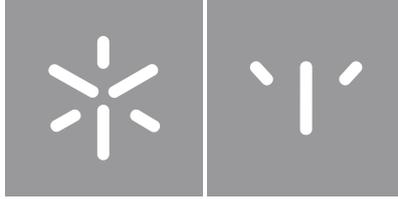


**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Mariana Viana da Cruz

**Opinião pública sobre as pessoas  
sem-abrigo em Portugal**



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Mariana Viana da Cruz

**Opinião pública sobre as pessoas  
sem-abrigo em Portugal**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Luísa Saavedra**

## Declaração

Nome: Mariana Viana da Cruz

Endereço eletrónico: pg33234@alunos.uminho.pt

Telemóvel: 926664366

Número do Cartão de Cidadão: 14027740

Título da dissertação: Opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal

Orientadora: Professora Doutora Luísa Maria Saavedra Ferreira Almeida

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE A DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 07/06/2018

Assinatura: Mariana Viana da Cruz

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal.....	6
Método.....	11
Participantes .....	11
Instrumento.....	11
Procedimento .....	12
Análise de dados .....	12
Resultados .....	13
Discussão.....	26
Conclusão .....	29
Referências .....	31

## Índice de tabelas

Tabela 1 <i>Políticas públicas destinadas aos SA</i> .....	9
Tabela 2 <i>Definição da situação de SA</i> .....	13
Tabela 3 <i>Perspetiva sobre os apoios sociais destinados aos SA</i> .....	14
Tabela 4 <i>Dificuldades associadas à situação de SA</i> .....	14
Tabela 5 <i>Sentimentos experienciados pelos participantes</i> .....	16
Tabela 6 <i>Perspetiva da sociedade face ao fenómeno</i> .....	16
Tabela 7 <i>Conceito e conhecimento da problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional</i> .....	18
Tabela 8 <i>Causas e dificuldades associadas à condição de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional</i> .....	19
Tabela 9 <i>Perspetiva do participante sobre a problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional</i> .....	21
Tabela 10 <i>Perspetiva da sociedade sobre o fenómeno de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional</i> .....	24

## **Agradecimentos**

Findo este desafio, deixo o meu agradecimento à Professora Doutora Luísa Saavedra, por tudo o que me ensinou e por sempre incitar o melhor das minhas competências.

Do mesmo modo, quero agradecer aos meus futuros colegas de profissão, pela amizade, pelo companheirismo e por permitirem que esta caminhada fosse conjunta. Ela foi enriquecedora pela partilha de conhecimentos, experiências e visões.

À Diana, Cátia e Rafaela, o meu obrigada pela paciência, pelas palavras de conforto nos momentos mais difíceis e por continuarem a acompanharem os meus passos e vitórias.

Sem menor importância, quero agradecer à minha família que sempre acreditou nas minhas capacidades e sempre intencionou a potência do meu sucesso, no sentido da felicidade. Em especial à mulher com o melhor coração do mundo.

A todos vocês, o meu sincero obrigada!

## Opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal

### Resumo

A situação de sem-abrigo é um fenómeno de extensa expressão, em termos (inter)nacionais, que se constitui enquanto uma das formas mais graves de pobreza e de privação dos direitos humanos, conduzindo à exclusão social. Considerando que a perspetiva da população em geral tem uma forte influência no contacto com esta população, a presente investigação objetiva avaliar a opinião pública sobre: o conceito e conhecimento sobre a problemática; causas e dificuldades associadas à condição; estereótipos, preconceitos e discriminação presentes; e o impacto das variáveis sexo, idade e situação profissional na perspetiva sobre o fenómeno. O instrumento utilizado foi construído para a população portuguesa, tendo sido preenchido *online* por 404 participantes, com idade superior a 18 anos e residentes em Portugal. As análises estatísticas indicam a presença de estereótipos, preconceitos e discriminação face às pessoas sem-abrigo, bem como a influência da variável sexo, idade e situação profissional nos resultados obtidos. Assim, é crucial investir na consciencialização da população atenuando estereótipos e discriminações, assim como efetivar intervenções que permitam a autonomização e reinserção social dos indivíduos marginalizados.

*Palavras-chave:* sem-abrigo, opinião pública, exclusão social

## Public opinion on homeless people in Portugal

### Abstract

Homelessness is a phenomenon of widespread expression in (inter) national terms, one of the most serious forms of poverty and deprivation of human rights that leads to social exclusion. Considering that the population perspective has a strong influence on the contact with these citizens, this research aims to evaluate the public opinion on: the concept and knowledge about the problem; causes and difficulties related to this condition; stereotypes, prejudices and discrimination; and the impact of variables like sex, age and professional situation on the perspective about this phenomenon. The inquiry focused the portuguese population and was completed online by 404 participants, aged over 18 years and living in Portugal. Statistical analyzes reveal the presence of stereotypes, prejudices and discrimination against homeless people, as well as the influence of gender, age and professional status on the results. Thus, it is crucial to invest in population awareness by attenuating stereotypes and discrimination, as well as making interventions that allow the empowerment and social reintegration of marginalized individuals.

*Keywords:* homelessness, public opinion, social exclusion

### Opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal

A situação de sem-abrigo (SA) é, atualmente, uma problemática extensa. Nesse sentido, a presente investigação pretende estudar a opinião pública sobre a mesma. Para tal iremos debruçar-nos sobre o enquadramento da problemática e sua definição, explicar as teorias explicativas, assim como os fatores associados à mesma. Serão também relatadas as dificuldades e implicações inerentes a esta problemática, e reforçada a pertinência do investimento da compreensão e combate do fenómeno.

Segundo os Censos de 2011, existiam em Portugal, 696 pessoas em situação de SA. Mais tarde, em 2013, constatou-se que o fenómeno era vivenciado por 4420 pessoas, acompanhadas pela Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo (ENIPSA). Apesar do evidente aumento, estes números podem não espelhar a realidade, tendo em conta a impossibilidade de identificar e quantificar, minuciosamente, indivíduos que vivem nesta situação (Pereira & Oliveira, 2014). A própria ambiguidade no conceito de “sem-abrigo” não permite a quantificação estatística o que impede a compreensão holística e a adaptação de intervenções mais eficazes (FPCEUC, 2013-2015; Minnery & Greenhalgh, 2007).

A literatura não é consensual sobre a definição de pessoas sem-abrigo (SA). Segundo Ravenhill (2008), a definição do fenómeno varia consoante a política social, o estado económico e as organizações que se prendem com a problemática. Em 2009, a ENIPSA (Baptista, 2009) - com base na abordagem da Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem Abrigo, definiu, oficialmente em Portugal, a condição da pessoa sem-abrigo como:

“A pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, a viver em espaços públicos, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (ENIPSA, 2009, p. 16).

No sentido de compreender o fenómeno da situação de SA é crucial, primeiramente, definir e entender o conceito de casa. Esta definição parece complexa, uma vez que engloba mais do que a noção de abrigo, associando-se a espaço, segurança, privacidade, escolha, conforto, estabilidade, bem-estar físico e emocional e condições materiais (Watson & Austerberry, 1986). A definição varia consoante a família e os seus elementos, o nível político, social e económico adotado (Neale, 1997), assim como com crenças pessoais. Assim, é possível a ocorrência de situações de inexistência de habitação, mas a manutenção da ideologia do conceito (considerando-se a rua como casa) e vice-versa. Portanto, a definição de casa depende da experiência pessoal, da capacidade de interação do indivíduo

com terceiros e do ambiente no seio das estruturas sociais (Ravenhill, 2008). Ser SA está, efetivamente, relacionado com a questão da habitação, mas relaciona-se também com a pobreza e exclusão social (Bento & Barreto, 2002).

### **Teorias explicativas e fatores associados à condição de SA**

A condição de SA pode ser entendida de acordo com três teorias: funcionalismo, estruturalismo e estruturação. O funcionalismo/agência foca-se na habilidade de o indivíduo operar independentemente das estruturas sociais (Ravenhill, 2008), interpretando o fenómeno através da responsabilização dos mesmos, com base em estereótipos (vagabundos, consumidores ou desviantes) ou em crenças relacionadas com falhas pessoais (Neale, 1997). Esta teoria é criticada pela desconsideração dos efeitos estruturais da sociedade (Ravenhill, 2008). Já na teoria do estruturalismo, o fenómeno explica-se por uma abordagem social e pela consideração de fatores estruturais (Neale, 1997), nomeadamente as políticas públicas, a dinâmica do mercado habitacional e as condições económicas (Borchard, 2005). Segundo o mesmo autor, pode criticar-se o estruturalismo, pelo facto de negligenciar o indivíduo e as suas habilidades, e pela consideração exclusiva das estruturas sociais. Por fim, a teoria da estruturação, considera a interação entre agência e estrutura, não podendo o SA ser responsabilizado, na totalidade, pela problemática de que é alvo (Ravenhill, 2008). Apesar de nenhuma teoria explicar, completamente, o fenómeno da vida sem-abrigo, considera-se a estruturação, a teoria mais adequada, na medida em que salienta a importância da prevenção, ao destacar os fatores de risco da problemática (Ravenhill, 2008).

Relativamente a estes fatores pode apontar-se, a nível pessoal, o estado civil, a situação profissional, o nível de literacia, consumos de álcool ou drogas (Na'ndori 2011), doenças mentais (Teixeira, 2011) e práticas criminais (Borchard, 2005). Em termos relacionais, destaca-se as redes familiares fragmentadas ou inexistentes (Borchard, 2005), ocorrência de disfunções ao longo do desenvolvimento (Silva, 2014), e a presença de violência e de práticas abusivas (Ravenhill, 2008). Em termos estruturais pode indicar-se as condições de habitação e de empregabilidade (Miguel, Ornelas, & Maroco, 2010), baixo nível salarial e escassez de oportunidades de trabalho, políticas de saúde e educação insuficientes, e carências sociais e habitacionais (Teixeira, 2011).

Analogamente aos fatores que potenciam a situação de SA, também os fatores de permanência nessa mesma situação podem ser fatores individuais (défices educacionais e profissionais, perturbações psiquiátricas e identificação cultural) e estruturais (condições socioeconómicas, exclusão social e o processo de saída das instituições) (Bento & Barreto, 2002).

Paralelamente, a permanência na rua tem como consequência uma maior tendência para o desenvolvimento de problemas de saúde física e mental (Bines, 1997), para consumos de álcool/droga, e problemas com o jogo (Borchard, 2005). À situação de SA associa-se também a falta e inacessibilidade de recursos, a privação de um alojamento seguro, assim como a ausência de higiene pessoal e alimentação saudável (Quintas, 2010). Isto sublinha que as necessidades dos SA não passam somente pela satisfação da condição de alojamento, mas também por assegurar condições que promovam o exercício da cidadania (ENIPSA, 2009).

Além das dificuldades mencionadas, o processo de saída da condição de SA é, igualmente, dificultado pelo ciclo de vitimização/marginalização que se agrava por mecanismos de autoexclusão ou por comportamentos da sociedade (Shier, Jones, & Graham, 2010). Esta marginalização, espelha a conceção negativa da sociedade relativamente aos SA e à responsabilização da sua condição (Minnery & Greenhalg, 2007). Portanto, o fenómeno acarreta impactos significativos a nível das representações pessoais de quem vive esta situação, assim como traduz impacto na perceção pública (negativa) sobre o fenómeno (FPCEUC, 2013-2015).

### **Exclusão social e políticas públicas**

Segundo a teoria da rotulagem, os indivíduos em situação de SA, são discriminados a vários níveis (Bento & Barreto, 2002), com base em estereótipos (crença pré-concebida, comum e imposta aos membros sociais). São vistos como deficitários em termos físicos, mentais (Tompsett, Toro, Guzicki, Manrique, & Zatakia, 2006), morais, psicológicos, sociais e ecológicos (Bento & Barreto, 2002). Na perspetiva coletiva, ser SA passa também por não ter vontade de trabalhar, não ter higiene e pelo desrespeito das normas sociais. É através de todas estas peculiaridades que se constrói a imagem do “sem-abrigo-tipo”, que se constitui enquanto estereótipo mais usual na problemática da exclusão social (Capucha, 2004). Este estereótipo orienta o comportamento dos transeuntes, da sociedade e do Estado (Aldeia, 2014) e é transmitido a todos os cidadãos que vivem na rua (efeito sinédoque). Este processo fomenta a desvalorização dos indivíduos e sua discriminação (Aldeia, 2014).

Consequentemente, os SA veem fragilizada a sua cidadania (Ferreira, 2015), o que dificulta a participação efetiva no padrão de vida dominante socialmente (Rosa & Guadalupe, 2015) e a elaboração e desenvolvimento de projetos de vida ativa (Capucha, 2004). Assim, o fenómeno particulariza-se pelo seu carácter de privação, destituição (Rosa & Guadalupe, 2015) e exclusão social – processo de perda de referências, ausência de oportunidades, escassez de recursos, incapacidade de reivindicação de interesses e impossibilidade de afirmação dos indivíduos (Fernandes, 2006).

Combater a exclusão social implica conceber e implementar estratégias nas dimensões social, ambiental e económica, para que se garanta o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade (Warner, Hamza, Oliver-Smith, Renaud, & Julca, 2010). Considerando as diretivas europeias e os fatores de risco a nível macro, meso e micro que contribuem para as problemáticas da pobreza e da exclusão social, foram desenvolvidas políticas sociais em Portugal (OIT, 2003) (ver Tabela 1).

Tabela 1

*Políticas públicas destinadas aos SA*

	<b>Medida</b>	<b>Objetivos Específicos</b>
Programas Nacionais de Luta Contra a Pobreza	Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir medidas para combater a pobreza e a exclusão/discriminação social;</li> <li>Definir e caracterizar a população SA (PNAI, 2006).</li> </ul>
	Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo (ENIPSA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar, acompanhar e integrar os SA, com base nos pilares de respeito pela cidadania universal e direitos humanos;</li> <li>Sensibilizar e educar sobre a problemática;</li> <li>Promover intervenções técnicas qualificadas através da formação dos profissionais que interagem com esta população (ENIPSA, 2009).</li> </ul>
	Rendimento Social de Inserção (RSI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar as competências dos beneficiários (<i>empowerment</i>);</li> <li>Estimular a participação dos beneficiários com vista à autonomização (Bento &amp; Barreto, 2002), pela atribuição de apoio económico que assegure a satisfação das necessidades básicas, e permita a reinserção social, laboral e comunitária (Segurança Social, 2018).</li> </ul>
Equipa de Rua	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar ao nível da alimentação e vestuário;</li> <li>Assegurar apoio psicológico;</li> <li>Fomentar a reinserção (Segurança Social, 2006).</li> </ul>	
Atelier Ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar competências e capacidades sociais (e.g. autonomia e capacidades de trabalho) (Segurança Social, 2006).</li> </ul>	
Mercado Social de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover emprego nos grupos sociais desfavorecidos;</li> <li>Cessar a pobreza;</li> <li>Estimular a reinserção (OIT, 2003).</li> </ul>	

Tabela 1

*Políticas públicas destinadas aos SA (continuação)*

Medida	Objetivos Específicos
Planos Nacionais de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção social/profissional dos grupos sociais desfavorecidos (OIT, 2003).</li> </ul>
Redes Sociais Locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhar os problemas dos indivíduos;</li> <li>• Fomentar a articulação entre entidades e intervenções sociais locais (OIT, 2003).</li> </ul>

Apontam-se ainda os *centros de acolhimento temporário, as cantinas sociais, e os centros comunitários*, enquanto respostas de carácter assistencialista da Segurança Social (Costa, 2004). Estas políticas permitem o aumento das oportunidades nacionais, e o incrementar dos programas de luta contra a pobreza e exclusão social centrados no “*empowerment*” dos sujeitos e da comunidade (OIT, 2003). É crucial a redução do impacto dos fatores de risco (prevenção), assim como a reinserção através do desenvolvimento social e da implementação de estratégias preventivas de exclusão social perante os SA. Em suma, é necessário que seja permitida a procura e obtenção de assistência, antes, durante e após a ocorrência da situação de SA (Ravenhill, 2008).

Tendo por base a literatura acima referida, o objetivo geral desta investigação é averiguar a opinião pública, sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal, tendo em conta que a conceção do fenómeno molda a opinião pública, dá forma às causas identificadas, às soluções definidas e às políticas públicas (Ravenhill, 2008). Considerando que a perceção pública sofre diversas influências e se vai alterando, parece importante conduzir novas investigações. Desta forma, os objetivos específicos desta investigação passam por avaliar:

- i. o conceito e conhecimento sobre a problemática;
- ii. as causas e dificuldades associadas à condição;
- iii. estereótipos, preconceitos e discriminação presentes na opinião dos participantes e da sociedade;
- iv. o impacto das variáveis sociodemográficas (sexo, idade e situação profissional) na opinião geral sobre as pessoas sem-abrigo.

## Método

### Participantes

A amostra foi constituída por 404 indivíduos, 301 (74.5%) do sexo feminino e 103 (25.5%) do sexo masculino, verificando-se uma predominância da faixa etária dos 18-24 (47.3%) e dos 25-44 anos (42.3%), enquadrando-se os restantes participantes na faixa etária superior a 44 anos (10.4%). O grau de escolaridade mais frequente foi o Ensino Secundário e Licenciatura (77.5%), seguida do Mestrado e Doutoramento (14.1%), sendo que apenas 8.4% dos participantes possuem habilitações inferiores ao 12.º ano de escolaridade. Quanto à situação profissional, 46.8% dos participantes estão empregados e 42.8% a estudar, estando os restantes desempregados (10.4%). Relativamente à zona de residência, os participantes viviam, maioritariamente, na zona Norte de Portugal (88.1%). Quanto à orientação política, a amostra situa-se à Direita (41.1%), seguida da orientação de Esquerda (38.4%) e Centro (20.5%). Os critérios de inclusão na amostra foram: ter mais de 18 anos, residir em Portugal e ser falante de língua portuguesa.

### Instrumento

Os dados foram recolhidos através de um questionário *online*, construído com base na literatura científica. Este instrumento objetivou auxiliar no reconhecimento da opinião da população relativamente às pessoas SA, em Portugal. O questionário era composto por 19 questões, apresentava boa consistência interna (*Alpha de Cronbach* = .81) e tinha por base uma escala de *Likert*, onde as respostas variavam de um (“Discordo totalmente”) a quatro (“Concordo totalmente”). Os itens permitiram avaliar: a definição de sem-abrigo; o conhecimento da problemática e sua origem; o conhecimento sobre os apoios sociais e sua eficácia; as causas e dificuldades associadas à condição; pensamentos e sentimentos do participante face à problemática, e pensamentos e atitudes da sociedade face aos SA (segundo o participante). O questionário também permitiu avaliar a relação entre as variáveis sexo, idade e situação profissional (três itens) e a opinião sobre a situação da pessoa SA (13 itens).

Após concluída a construção do questionário, foram realizadas cinco reflexões faladas com o intuito de assegurar a compreensão e acessibilidade do questionário, assim como interpretações objetivas do mesmo. As reflexões foram feitas com recurso a dois indivíduos do sexo masculino e três indivíduos do sexo feminino, que divergiam relativamente à idade, escolaridade e orientação política, com exceção da situação profissional (empregados) e zona de residência (Norte de Portugal). Este processo foi monitorizado junto dos indivíduos, do qual surgem três alterações: mudança da gradação

da escala de *Likert* de um a cinco, para um (“Discordo Totalmente”) a quatro (“Concordo Totalmente”) suprimindo o valor três anteriormente correspondente à opção “Nem concordo, nem discordo” e inclusão de uma questão que avalia o grau de conhecimento dos participantes face aos apoios sociais destinados aos SA - “Não conheço” (1), “Sei que existem, mas não conheço” (2), ou “Conheço” (3). Por fim, introduziu-se uma pergunta sobre o papel reflexivo do questionário. A aplicação deste instrumento demonstrou ser uma vantagem, na medida em que possibilitou uma recolha de dados rápida e não onerosa, assim como extensão às diferentes zonas de Portugal.

### **Procedimento**

Uma vez que o questionário foi disponibilizado por via *online*, os participantes que integraram a investigação foram definidos de forma aleatória, desde que abrangidos pelos critérios de inclusão na amostra. Depois de disponível na *internet*, a divulgação do processo de investigação foi partilhada através de plataformas digitais (*e-mail* institucional da Universidade do Minho e redes sociais), com o intuito de permitir a maior extensão possível e possibilitar a participação voluntária dos sujeitos. Após acederem ao questionário, os participantes foram informados do enquadramento e objetivos do estudo, assim como da importância e contributo da sua participação. Do mesmo modo foi salientado: o carácter voluntário da participação, o direito de se retirarem da mesma sem qualquer prejuízo, a garantia da confidencialidade dos dados e o anonimato da participação (até à fase de devolução dos resultados) (Fortin, 2003). Depois de informados e de terem consentido as condições de investigação, os participantes passaram à fase de preenchimento do questionário. Este processo foi feito de forma individual, com recurso a um dispositivo com acesso à *internet* e sem a presença do investigador.

### **Análise de dados**

Com recurso ao programa IBM® SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*, IBM, Armonk, NY), versão 24.0, realizou-se a análise estatística dos dados. Foi utilizada a metodologia de análise descritiva (frequências e percentagens) para a caracterização sociodemográfica da amostra, assim como em relação à avaliação do conceito e conhecimento da problemática, à perspetiva sobre as causas e dificuldades associadas à situação de SA, e aos estereótipos, preconceitos e discriminações presentes relativamente ao fenómeno. Para explorar e descrever a relação entre as variáveis sociodemográficas (sexo, idade e situação profissional) e a opinião geral dos participantes sobre a situação de SA foram realizados os testes não-paramétricos de Kruskal-Wallis ( $\chi^2$ ) e Mann-

Whitney ( $U$ ), uma vez que os critérios para a realização de testes paramétricos não se encontravam reunidos. Os resultados serão apresentados de acordo com os objetivos da investigação.

## Resultados

### Conceito e conhecimento sobre a problemática

A maioria dos participantes conhecem, parcial ou totalmente, a problemática dos SA ( $N= 346$ , 85.6%), apontando a observação em contexto real ( $N= 341$ , 84.4%) e os meios de comunicação social como forma de conhecimento preferencial ( $N= 316$ , 78.2%). Em menor escala, os inquiridos referem conhecer a problemática pelo apoio que fornecem a esta população ( $N= 168$ , 41.6%), assim como pelo contacto com documentos científicos ( $N= 136$ , 33.7%).

Os participantes, concebem a condição de SA como todas as dinâmicas apresentadas na tabela 2, à exceção da vivência em condições precárias (ver Tabela 2).

Tabela 2

#### Definição da situação de SA

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Vivência em condições precárias	127	31.4	127	31.4	112	27.7	38	9.4
Não ter um local fixo para dormir	47	11.6	71	17.6	143	35.4	143	35.4
Ocupar locais abandonados	29	7.2	44	10.9	159	39.4	172	42.6
Viver na rua	6	1.5	3	0.7	60	14.9	335	82.9
Viver do apoio dos CASA	35	8.7	52	12.9	161	39.9	156	38.6
Viver em estabelecimentos de cuidados	93	23	85	21	139	34.4	87	21.5

Relativamente aos apoios sociais destinados às pessoas em situação de SA, os participantes desconhecem o processo de promoção de competências (*empowerment*) ( $N= 257$ , 63.6%) e de reinserção laboral ( $N= 186$ , 46.0%). Paralelamente, 47.0% dos inquiridos ( $N= 190$ ) refere saber da

existência dos Centros de Acolhimento Temporário (CAT), ainda que não detenham conhecimento sobre os mesmos. Mencionam também, ter conhecimento do Rendimento Social de Inserção (RSI) ( $N = 220$ , 54.5%), do apoio (psicológico, alimentar e de vestuário) disponibilizado por carrinhas de distribuição ( $N = 217$ , 53.7%) e das cantinas sociais ( $N = 213$ , 52.7%). Ainda sobre os apoios sociais, a maioria dos inquiridos considera que ainda existentes, não são suficientes (ver Tabela 3).

Tabela 3

*Perspetiva sobre os apoios sociais destinados aos SA*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Não existem apoios	106	26.2	196	48.5	86	21.3	16	4
Existem apoios, mas insuficientes	11	2.7	31	7.7	199	49.3	163	40.3
Existem apoios e são suficientes	210	52	143	35.4	40	9.9	11	2.7

De referir que a amostra refere ter refletido sobre a problemática ( $N = 375$ , 92.8%) através do preenchimento do questionário.

### **Causas e dificuldades associadas à condição**

Segundo os inquiridos, a situação de SA entende-se, de forma total ou parcial, como resultado de responsabilidade individual ( $N = 295$ , 73.1%) e estatal ( $N = 284$ , 70.3%). As dificuldades inerentes à problemática são apresentadas na tabela 4 (ver Tabela 4).

Tabela 4

*Dificuldades associadas à situação de SA*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Fome	1	0.2	14	3.5	129	31.9	260	64.4

Tabela 4

*Dificuldades associadas à situação de SA (continuação)*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Solidão	3	0.7	12	3.0	81	20.0	308	76.2
Frio	1	0.2	2	0.5	58	14.4	343	84.9
Acesso aos cuidados de saúde	7	1.7	26	6.4	110	27.2	261	64.6
Desrespeito da sociedade	2	0.5	17	4.2	118	29.2	267	66.1

### **Estereótipos, preconceitos e discriminações relativamente à problemática**

Nesta secção serão apresentados os resultados relativos aos estereótipos, preconceitos e discriminação sobre os SA, na perspetiva dos participantes e na perspetiva da sociedade (segundo o participante).

#### **Perspetiva do participante.**

Os participantes consideram, de forma total ou parcial, que as pessoas SA se apresentam malvestidas ( $N = 315$ , 77.9%), sujas ( $N = 316$ , 78.2%) e deprimidas ( $N = 348$ , 86.1%), discordando que as mesmas se encontrem sob o efeito de álcool ( $N = 267$ , 66.1%) ou drogas ( $N = 296$ , 73.3%). Paralelamente consideram, de forma total ou parcial, que os SA não são abrangidos pelos cuidados de saúde ( $N = 211$ , 52.2%), sendo tratados de forma injusta ( $N = 334$ , 82.7%). Os inquiridos discordam da ideia de que as pessoas SA não tenham os mesmos direitos que os restantes cidadãos ( $N = 238$ , 58.9%), nem objetivos de vida definidos ( $N = 252$ , 62.4%). Quanto aos sentimentos experienciados face à problemática, os participantes referem sentir angústia, pena e tristeza, e não sentir medo nem indiferença (ver Tabela 5).

Tabela 5

*Sentimentos experienciados pelos participantes*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Medo	221	54.7	112	27.7	64	15.8	7	1.7
Angústia	41	10.1	72	17.8	166	41.1	125	30.9
Pena	17	4.2	46	11.4	178	44.1	163	40.3
Tristeza	9	2.2	16	4.0	156	38.6	223	55.2
Indiferença	300	74.3	73	18.1	25	6.2	6	1.5

Os participantes ( $N = 357$ , 88.4%) reconhecem, total ou parcialmente, a necessidade de apoio à população em estudo, ainda que não sintam medo nem a necessidade de se afastarem da mesma. Ainda que reconheçam a necessidade de apoiar a problemática, 295 inquiridos (73.0%) não sabem como fazê-lo, ou não o presta ( $N = 189$ , 46.8%). Contudo, 271 participantes (67.0%) demonstram vontade de ajudar, sendo que 42.8% ( $N = 173$ ) já o faz.

**Perspetiva da sociedade.**

Na opinião dos participantes, a sociedade em geral vê os SA de uma forma negativa, carregando consigo uma série de estigmas e problemas sociais. Contudo, os participantes entendem que a sociedade não considera que as pessoas SA desrespeitem as normas sociais, nem as associa à prática de absentismo escolar (ver Tabela 6).

Tabela 6

*Perspetiva da sociedade face ao fenómeno*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Consumo de álcool e droga	20	5	24	5.9	211	52.2	149	36.9
Prática criminal	56	13.9	110	27.2	169	41.8	69	17.1

Tabela 6

*Perspetiva da sociedade face ao fenómeno (continuação)*

Itens	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo totalmente	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Doenças	64	15.8	97	24	180	44.6	63	15.6
Problemas familiares	18	4.5	46	11.4	218	54	122	30.2
Absentismo escolar	99	24.5	105	26	141	34.9	59	14.6
Desvalorização	19	4.7	53	13.1	166	41.1	165	40.8
Sem Higiene	22	5.4	30	7.4	156	38.6	196	48.5
Desemprego	32	7.9	39	9.7	146	36.1	187	46.3
Pobreza	23	5.7	39	9.7	105	26	237	58.7
Desrespeito pelas normas sociais	91	22.5	135	33.4	128	31.7	50	12.4

Já em relação à forma de tratamento da sociedade face a esta problemática, os inquiridos perspetivam, total ou parcialmente, que esta reaja com indiferença ( $N = 359$ , 88.8%), desprezo ( $N = 337$ , 83.4%) e gozo ( $N = 228$ , 56.4%). Por outro lado, a maioria dos participantes considera que as pessoas em situação de SA não são tratadas com violência física ( $N = 272$ , 67.3%) pela sociedade, sendo a sua opinião dividida quanto à prática de insultos ( $N = 202$ , 50%).

### **Impacto das variáveis sociodemográficas na opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo**

Nesta secção serão apresentadas as relações entre as variáveis independentes (sexo, idade e situação profissional) e as variáveis dependentes, cuja descrição se apresentou anteriormente, isto é: conceito e conhecimento sobre a problemática; definição das causas e dificuldades associadas à condição de SA; estereótipos, preconceitos e discriminação relativamente à problemática, na perspetiva dos participantes e na perspetiva da sociedade (segundo os participantes).

Os resultados serão apresentados de acordo com as variáveis dependentes, em função das três variáveis independentes. Foram utilizados os seguintes testes: Kruskal-Wallis ( $\chi^2$ ) e Mann-Whitney

(*U*). As tabelas que se seguem sintetizam os resultados significativos no teste de Mann-Whitney (*U*) (sexo) com correção de Bonferroni (idade e situação profissional).

### **Conceito e conhecimento sobre a problemática.**

Entre os sexos, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas relativamente à associação da vivência em estabelecimentos de cuidados (por falta de alternativa de alojamento) como dinâmica que caracteriza o fenómeno. De referir também as diferenças encontradas, entre sexos, em relação à suficiência ou insuficiência dos apoios sociais destinados às pessoas SA. O posto médio mais elevado nas dimensões referidas é característico do sexo feminino, à exceção da conceção da suficiência dos apoios sociais (ver Tabela 7).

Também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente à inexistência de apoios, de acordo com as faixas etárias ( $\chi^2(2) = 8.80, p < .05$ ) e situação profissional dos participantes ( $\chi^2(2) = 10.06, p < .05$ ). As pessoas mais velhas (idades compreendidas entre os 25-44 anos) apresentam mais a perceção de falta de apoio, bem como os estudantes e empregados (ver Tabela 7).

Tabela 7

*Conceito e conhecimento da problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional*

<b>Itens</b>	<b><i>U</i></b>	<b><i>p</i></b>	<b>Posto Médio</b>	
SA é a pessoa que reside em estabelecimentos de cuidados	13342.000	.028	Feminino	209.67
			Masculino	181.53
Apoios existem e são insuficientes	12738.000	.003	Feminino	211.68
			Masculino	175.67
Apoios existem e são suficientes	13664.000	.047	Feminino	196.40
			Masculino	220.34
Apoios não existem	13917.000	.009	18-24 anos	168.86
			25-44 anos	195.61
			Estudante	194.08
	13970.500	.010	Desempregado	167.75
			Empregado	128.60
	2768.000	.009	Desempregado	103.00

**Causas e dificuldades associadas à condição.**

Verificaram-se diferenças significativamente estatísticas, entre sexos, relativamente à atribuição causal estatal do fenómeno e às dificuldades enfrentadas pelos SA (frio, dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e o desrespeito por parte da sociedade), sendo o sexo feminino que apresenta resultados mais elevados nestas dimensões (ver Tabela 8).

Ainda sobre as dificuldades inerentes à problemática, verificam-se diferenças estatísticas entre as idades dos participantes ( $\chi^2(2) = 9.63, p < .05$ ), relativamente ao desrespeito da sociedade perante os SA, sendo os participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 44 anos que mais revelam esta perspetiva (ver Tabela 8).

Face à situação profissional, também se verificam diferenças estatisticamente significativas, em relação às dificuldades de acesso aos cuidados de saúde ( $\chi^2(2) = 6.04, p < .1$ ), assim como em relação à atribuição causal do fenómeno, ao Estado ( $\chi^2(2) = 10.08, p < .05$ ). Em ambas as dimensões são os participantes desempregados que apresentam resultados mais elevados, de acordo com o posto médio (ver Tabela 8).

Tabela 8

*Causas e dificuldades associadas à condição de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
Atribuição causal estatal	11874.000	.000	Feminino	214.55
			Masculino	167.28
	13496.000	.002	Estudante	166.41
			Desempregado	197.99
Frio	14001.500	.018	Feminino	207.48
			Masculino	187.94
Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde	13331.500	.012	Feminino	209.71
			Masculino	181.43
	14317.000	.015	Estudante	170.75
			Desempregado	193.24
Desrespeito da sociedade	12574.500	.001	Feminino	212.22
			Masculino	174.08

Tabela 8

*Causas e dificuldades associadas à condição de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional (continuação)*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
Desrespeito da sociedade	3098.000	.006	18-24 anos	121.78
			45 ou +	95.26
	2683.500	.002	25-44 anos	112.31
			45 ou +	85.39

### **Estereótipos, preconceitos e discriminação relativamente à problemática, na perspetiva dos participantes.**

De acordo com o sexo dos participantes, constatam-se diferenças de opinião sobre as pessoas SA, relativamente ao reconhecimento da necessidade de apoio, ainda que desconhecendo o meio de o fazer, assim como aqueles que demonstram vontade de o fazer. Já em termos afetivos as diferenças significativamente estatísticas, verificam-se em todos os sentimentos experienciados pelos inquiridos. Verificam-se ainda diferenças, entre sexos, nos participantes que consideram que os SA não são abrangidos pelos cuidados de saúde/educação. À exceção da indiferença que é mais apontada pelo sexo masculino, todas as restantes dimensões são, de acordo com o posto médio, indicadas pelo sexo feminino (ver Tabela 9).

Entre as faixas etárias também se encontram diferenças de perspetiva sobre a forma como os SA se apresentam: sob o efeito de álcool ( $\chi^2(2) = 10.1$ ,  $p < .05$ ) e droga ( $\chi^2(2) = 8.99$ ,  $p < .05$ ). Em termos cognitivos, verificam-se diferenças, de acordo com a idade dos inquiridos, nos seguintes aspetos: reconhecer a necessidade de ajudar os SA, apesar de ainda não ajudarem ( $\chi^2(2) = 7.50$ ,  $p < .05$ ), assim como o desconhecimento sobre a forma como ajudar ( $\chi^2(2) = 7.97$ ,  $p < .05$ ); demonstrar vontade de ajudar os SA ( $\chi^2(2) = 17.09$ ,  $p < .001$ ); já a ajudar ( $\chi^2(2) = 19.76$ ,  $p < .001$ ); ou sentir medo dos SA e sentir necessidade de se afastar ( $\chi^2(2) = 7.68$ ,  $p < .05$ ). Os resultados apontam ainda para diferenças significativas (entre idades), na perspetiva dos participantes que consideram que os SA não têm objetivos de vida definidos ( $\chi^2(2) = 8.66$ ,  $p < .05$ ), assim como nos que consideram que os mesmos são tratados de forma injusta ( $\chi^2(2) = 8.81$ ,  $p < .05$ ). De acordo com o posto médio, são os participantes mais novos (18-24 anos) que revelam valores mais elevados relativamente à conceção das pessoas SA como perigosas, sobre o facto não apoiarem a problemática nem saberem fazê-lo, assim como considerarem que as pessoas SA são tratadas de forma injusta. Já os participantes com

idades entre os 25 e os 44 anos, caracterizam-se pela ideologia de que as pessoas SA se apresentam alcoolizadas ou sob o efeito de drogas, assim como sem objetivos de vida definidos. Em paralelo, os participantes com idade igual ou superior a 25 anos são os que mais se caracterizam por querer ajudar as pessoas SA ou por já ajudarem (ver Tabela 9).

Também na situação profissional se denotam diferenças evidentes entre os inquiridos que consideram que os SA se apresentam sob o efeito de álcool ( $\chi^2(2) = 11.39, p < .001$ ). Verificam-se também diferenças significativas entre os inquiridos que referem não apoiar a problemática ( $\chi^2(2) = 8.15, p < .05$ ), os que não sabem ajudar ( $\chi^2(2) = 11.07, p < .001$ ), os que demonstram vontade de o fazer ( $\chi^2(2) = 10.40, p < .05$ ), e os que já o fazem ( $\chi^2(2) = 19.17, p < .001$ ). Por fim verificam-se diferenças significativas, de acordo com a situação profissional, na conceção de que os SA não têm objetivos de vida definidos ( $\chi^2(2) = 7.54, p < .05$ ). São os inquiridos estudantes, que referem já apoiar os indivíduos SA, ainda que os considerem que estes não tenham objetivos de vida definidos. Os participantes empregados são os que mais concebem que os agentes da problemática se apresentam sob o efeito de álcool. Quer os participantes estudantes, quer os empregados demonstram os valores mais elevados relativamente à vontade de colaborar com a problemática. Por fim, os participantes desempregados destacam-se por não ajudar as pessoas SA, nem saber fazê-lo (ver Tabela 9).

Tabela 9

*Perspetiva do participante sobre a problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
SA são perigosos, tenho medo e por isso afasto-me	14065.500	.012	18-24 anos	193.36
			25-44 anos	168.25
SA precisam de ajuda, mas não ajudo	3023.000	.008	18-24 anos	122.17
			45 anos ou +	93.48
			Estudante	167.40
			Desempregado	196.90
SA precisam de ajuda, mas não sei ajudar	12845.500	.005	Feminino	211.32
			Masculino	176.71
			18-24 anos	121.60
	3132.000	.016	45 anos ou +	96.07

Tabela 9

*Perspetiva do participante sobre a problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional (continuação)*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
SA precisam de ajuda, mas não sei ajudar	13271.000	.001	Estudante	165.22
			Desempregado	199.29
SA precisam de ajuda, vou tentar ajudar	13475.000	.032	Feminino	209.23
			Masculino	182.83
	13062.000	.000	18-24 anos	164.39
			25-44 anos	200.61
2917.000	.003	18-24 anos	11.27	
		45 anos ou +	143.05	
Já ajudo as pessoas SA	13771.000	.005	Estudante	195.14
			Desempregado	166.60
	2821.000	.014	Empregado	127.33
			Desempregado	103.31
Sentir medo	13458.500	.003	18-24 anos	166.46
			25-44 anos	198.30
	2501.000	.000	18-24 anos	109.09
			45 anos ou +	152.95
12233.000	.000	Estudante	203.28	
		Desempregado	157.71	
Sentir angústia	13372.000	.021	Feminino	209.57
			Masculino	181.83
Sentir pena	12632.000	.003	Feminino	212.03
			Masculino	174.64
Sentir tristeza	13172.000	.013	Feminino	210.24
			Masculino	179.88
Sentir tristeza	12821.000	.003	Feminino	211.41
			Masculino	176.48

Tabela 9

*Perspetiva do participante sobre a problemática de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional (continuação)*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
Sentir indiferença	12243.000	.000	Feminino	191.67
			Masculino	234.14
SA não são abrangidos pelos cuidados de saúde/educação	13517.000	.042	Feminino	209.09
			Masculino	183.23
SA apresentam-se sob o efeito de álcool	13720.000	.004	18-24 anos	167.83
			25-44 anos	196.77
			Empregado	197.72
	13282.000	.001	Desempregado	163.77
SA apresentam-se sob o efeito de droga	13960.500	.008	18-24 anos	169.09
			25-44 anos	195.36
SA não têm objetivos de vida definidos	13580.000	.003	18-24 anos	167.10
			25-44 anos	197.58
			Estudante	194.42
	13907.500	.010	Desempregado	167.39
SA são tratados de forma injusta	2900.000	.002	18-24 anos	122.24
			45 anos ou +	90.55

**Estereótipos, preconceitos e discriminação relativamente à problemática, na perspetiva da sociedade, segundo os participantes.**

O contacto da sociedade com os SA, é perspetivado de forma diferente entre sexos. As diferenças são relativas à prática de violência física, insultos, desprezo e indiferença que são, de acordo com o posto médio, apontadas pelo sexo feminino (ver Tabela 10).

Também, face às diferentes faixas etárias, se constata diferenças significativas, no que se refere: SA são pessoas associadas à prática criminal ( $\chi^2(2) = 8.77, p < .05$ ), ao consumo de álcool/drogas ( $\chi^2(2) = 6.62, p < .05$ ), à condição de desemprego ( $\chi^2(2) = 18.93, p < .001$ ), ao absentismo escolar ( $\chi^2(2) = 19.21, p < .001$ ), a uma higiene deficitária ( $\chi^2(2) = 14.74, p < .001$ ) e a condição de pobreza ( $\chi^2(2) = 25.06, p < .001$ ). Consoante a idade, verificam-se também diferenças, ao

nível contacto da sociedade com os SA, pela prática de desprezo ( $\chi^2(2) = 25.30, p < .001$ ) e indiferença ( $\chi^2(2) = 14.24, p < .001$ ). Todas as dimensões referidas são, de acordo com o posto médio, apontadas preferencialmente pelos inquiridos com idades compreendidas entre 18-24 anos. Simultaneamente, a prática criminal associada à condição de SA e a prática de desprezo por parte da sociedade, é perspetivada, pelos participantes com idades entre os 25-44 anos (ver Tabela 10).

De acordo com a situação profissional são também evidentes as diferenças estatísticas, na perspetiva dos participantes, ao considerarem que a sociedade, concebe os SA como pessoas: sem valor ( $\chi^2(2) = 7.19, p < .05$ ), em condição de desemprego ( $\chi^2(2) = 14.00, p < .001$ ), que abandonaram o ensino escolar ( $\chi^2(2) = 25.59, p < .001$ ), cuja higiene é deficitária ( $\chi^2(2) = 14.99, p < .001$ ), e em condição de pobreza ( $\chi^2(2) = 22.27, p < .001$ ). Também se verificam diferenças na perspetiva da sociedade, relativamente à forma com a mesma trata os SA, através de desprezo ( $\chi^2(2) = 11.83, p < .001$ ) e indiferença ( $\chi^2(2) = 8.87, p < .05$ ). De acordo com o posto médio, os resultados mais elevados nas dimensões mencionadas, são característicos dos participantes desempregados (ver Tabela 10).

Tabela 10

*Perspetiva da sociedade sobre o fenómeno de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
Insultos	12565.000	.002	Feminino	212.26
			Masculino	173.99
Violência Física	12955.500	.008	Feminino	210.96
			Masculino	177.78
Desprezo	12359.500	.001	Feminino	211.94
			Masculino	172.67
	13699.000	.005	18-24 anos	194.40
			25-44 anos	166.11
	2235.000	.000	18-24 anos	125.74
			45 anos ou +	74.71
2598.500	.003	25-44 anos	112.80	
		45 anos ou +	83.37	
13185.500	.001	Estudante	164.76	
		Desempregado	198.84	

Tabela 10

*Perspetiva da sociedade sobre o fenómeno de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional (continuação)*

<b>Itens</b>	<b><i>U</i></b>	<b><i>p</i></b>	<b>Posto Médio</b>	
Indiferença	12504.500	.001	Feminino	212.46
			Masculino	173.40
	2715.000	.000	18-24 anos	123.79
			45 anos ou +	86.14
13708.500	.003	Estudante	167.53	
		Desempregado	196.76	
Consumo de álcool ou droga	3087.500	.009	18-24 anos	121.84
			45 anos ou +	95.01
Prática de crimes	2908.500	.003	18-24 anos	122.77
			45 anos ou +	90.75
	2687.000	.008	25-44 anos	112.29
			45 anos ou +	85.48
Absentismo escolar	13250.500	.001	18-24 anos	185.66
			25-44 anos	176.86
	2590.500	.000	18-24 anos	124.44
			45 anos ou +	83.18
11621.000	.000	Estudante	156.49	
		Desempregado	208.83	
Higiene deficitária	2642.000	.000	18-24 anos	124.17
			45 anos ou +	84.40
	12846.500	.000	Estudante	162.97
			Desempregado	201.74
Desemprego	13822.500	.006	18-24 anos	194.57
			25-44 anos	166.90
	2510.500	.000	18-24 anos	124.86
			45 anos ou +	81.27

Tabela 10

*Perspetiva da sociedade sobre o fenómeno de acordo com a variável sexo, idade e situação profissional (continuação)*

<b>Itens</b>	<b>U</b>	<b>p</b>	<b>Posto Médio</b>	
Desemprego	12947.500	.000	Estudante	163.51
			Desempregado	201.16
Pobreza	13338.000	.001	18-24 anos	197.17
			25-44 anos	164.00
	2437.000	.000	18-24 anos	125.24
			45 anos ou +	79.52
12281.000	.000	Estudante	159.98	
		Desempregado	205.01	
Desvalorização	13968.500	.013	Estudante	168.91
			Desempregado	194.29

### **Discussão**

O fenómeno em estudo tem uma extensão notável em Portugal. Tal como defende Fernandes (2006), a situação de sem-abrigo caracteriza-se pela privação total de recursos simbólicos e materiais, e da cidadania. Assim, parece crucial uma compreensão integral e adaptação das intervenções, no sentido de reverter estas privações sociais (Leão, 2014).

A discussão dos resultados será realizada de acordo com os objetivos da investigação. Assim, no que diz respeito ao primeiro objetivo – avaliar o conceito e conhecimento sobre a problemática –, os resultados apontam para um conhecimento preferencial através de observação em contexto real ou dos *media*, o que pode estar relacionado com uma maior visibilidade da problemática no terreno e uma maior influência dos meios de comunicação na reflexão sobre a mesma. Estes resultados contrariam a perspetiva de Link et al. (1994), evidenciando uma evolução desde a mesma. Os participantes definem ainda a condição de SA como todas as dinâmicas que envolvem a ausência física de habitação, tal como defende a ENIPSA (2009). Contudo, os participantes não consideram a vivência em situações precárias como condição de SA. De considerar a falta de consenso da definição na literatura, o que pode espelhar esta perspetiva da amostra. No que toca aos apoios sociais, os resultados apontam para a conhecimento da existência dos mesmos, ainda que sejam considerados insuficientes. Esta

perspetiva vai de encontro com o estudo da Segurança Social (ISS, 2005) que refere que mais de metade da população que vive na rua não é abrangida por apoios.

Relativamente ao segundo objetivo – avaliar as causas e dificuldades associadas à condição –, a atribuição causal é, simultaneamente, apontada como sendo de origem social/estatal e individual, o que vai de encontro à teoria da estruturação (Ravenhill, 2008). Isto é, uma vez que cada fator, isoladamente, não é suficiente para explicar o risco imediato, é crucial compreender as mútuas influências entre os vários fatores que potenciam o risco desta situação (FPCEUC, 2013-2015). São também perspetivadas, através dos resultados, inúmeras dificuldades inerentes à condição, que apontam no mesmo sentido que a literatura: fome, frio e desrespeito social (Aldeia, 2012); solidão (ausência de suporte) (Ferreira, 2015) e dificuldade no acesso aos cuidados de saúde (Bines, 1997). Considerando a complexidade do fenómeno dos SA, é crucial uma perspetiva globalizante, na medida em que a fronteira entre os problemas-causa ou problemas-consequência é muito ténue (Carrinho, 2012).

No que toca ao terceiro objetivo – avaliar a presença de estereótipos, preconceitos e discriminação na opinião dos participantes e da sociedade –, os resultados apontam para a presença de estereótipos (consideram que os SA se apresentam mal-vestidos, sujos e deprimidos, e que não têm acesso aos cuidados de saúde nem são tratados de forma justa) sem preconceitos (dimensão afetiva de julgamento desfavorável com base em estereótipos) associados (não sentem medo nem indiferença face à problemática) sobre a situação de SA na perspetiva do participante, assim como uma postura empática de apoio e reconhecimento da necessidade do mesmo. Já na perspetiva que o participante considera ser a adotada pela sociedade, é clara a presença de estereótipos (consumo de álcool/e droga, higiene deficitária, pobreza, conflitos familiares, desemprego, desvalorização, doenças e prática criminal) e discriminação (indiferença, desprezo, gozo e insultos) social. Quer na perspetiva do participante, quer na da sociedade, as perspetivas vão de acordo com a literatura, ao se conceber que os estereótipos fomentam o estigma (Aldeia, 2014) e, conseqüentemente, uma conceção negativa sobre os indivíduos SA, o que incita a marginalização da população perante os mesmos (Minnery & Greenhalg, 2007). Ainda assim, os participantes demonstram uma perspetiva mais empática do que a sociedade, ao espelharem ausência de condutas discriminatórias e demonstrarem vontade de colaborar.

De acordo com o último objetivo – avaliar o impacto das variáveis sociodemográficas (sexo, idade e situação profissional) na opinião portuguesa sobre as pessoas SA –, os resultados apontam para uma evidente relação entre as variáveis (independentes) e a perspetiva sobre a problemática.

Assim, o género tem uma influência significativa na opinião dos participantes. Os dados revelam que as mulheres se demonstram mais empáticas face ao fenómeno, concebendo os apoios como insuficientes, atribuindo a causa ao Estado e associando diversas dificuldades (frio, dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e desrespeito social) ao fenómeno. Apesar de relatarem não saber apoiar a problemática, as mulheres demonstram vontade de o fazer, não se sentindo indiferentes aos SA. De referir também, que as participantes consideram que a sociedade age com discriminação sobre as pessoas SA. Contrariamente, os homens demonstram-se indiferentes à problemática e consideram os apoios sociais suficientes. Os resultados apurados estão em consonância com os estudos de Reutter et al. (2006) e comprovam que as mulheres, tal como defende Toro e McDonell (1992), se caracterizam mais pela defesa das atribuições estruturais e demonstram mais empatia face à problemática, do que o sexo oposto.

Também as faixas etárias influenciam a opinião pública. São os inquiridos mais jovens (18-24 anos) que se caracterizam por uma maior presença de estereótipos, preconceitos e discriminação face aos SA. Os inquiridos que integram a faixa etária 25-44 anos demonstram estereótipos, ainda que ajudem os indivíduos SA e demonstrem vontade de o fazer. Por fim, a última faixa (45 anos ou mais) demonstra uma perspetiva de colaboração perante a problemática. Assim, os resultados demonstram que com o aumento da idade, é menos evidente a presença de estereótipos, preconceitos e discriminação, e mais presente a vontade de colaboração. Paralelamente, verifica-se que são os participantes com idades entre os 18 e os 44 anos que mais consideram a presença de estereótipos e discriminação da sociedade, face às pessoas SA. Os resultados apurados contrariam os estudos de Toro e McDonell (1992) que consideram que são os indivíduos mais jovens que concebem a problemática de forma mais empática e estrutural, tendo os indivíduos adultos uma perspetiva mais cética. A divergência entre os resultados apurados e a literatura, pode relacionar-se com o contacto preferencial desta problemática, nos jovens, através dos *media*. Isto pode traduzir-se em transmissões da realidade pouco confiáveis (Cooper & Madigan, 1999).

De acordo com a situação profissional, apesar da presença de alguns estereótipos, os inquiridos estudantes (SA não têm objetivos de vida definidos) e empregados (SA apresentam-se sob o efeito de álcool) revelam maior vontade de auxiliar os SA, do que os inquiridos desempregados. Estes, são os que mais apontam a atribuição causal social, as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde. São também os inquiridos desempregados que concebem uma maior presença de estereótipos e discriminação por parte da sociedade, face às pessoas SA. Estes dados reforçam a perspetiva de Lepianka, Gelissen e Van Oorschot (2010), que considera que as atribuições causais da situação de

SA/pobreza são feitas, na maioria por indivíduos aposentados e desempregados, uma vez que os mesmos consideram as causas do fenómeno de acordo com a experiência pessoal. Paralelamente, os estereótipos presentes e a discriminação evidente na perspectiva dos estudantes e empregados pode relacionar-se com a oposição de concepção da problemática, relativamente à realidade experienciada pelos inquiridos.

### **Conclusão**

Os resultados apurados encontram-se, na sua maioria, de acordo com a literatura. Em termos gerais, a amostra tem conhecimentos sobre a problemática, com uma influência clara dos meios de comunicação social, perspectivando a insuficiência dos apoios sociais, diversas dificuldades associadas e uma atribuição causal individual e estrutural. A perspectiva do participante comparativamente com a que os mesmos consideram ser a da sociedade, demonstra-se mais empática e colaboradora. Verifica-se também uma clara influência das variáveis demográficas (sexo, idade e situação profissional) na perspectiva sobre o fenómeno. São as mulheres que demonstram uma perspectiva mais empática e colaborativa face à problemática, relativamente ao sexo masculino. Observa-se ainda uma relação inversamente proporcional entre a idade dos inquiridos e a presença de preconceitos, e uma relação proporcional entre a faixa etária e a vontade de auxiliar o fenómeno. Já em relação à situação profissional, verifica-se que são os indivíduos em situação de desemprego que detêm uma perspectiva mais cética, estereotipada e discriminatória comparativamente com os estudantes ou empregados. Em suma, são os indivíduos do sexo masculino, mais jovens e em condição de desemprego que possuem uma perspectiva e postura menos empática face ao fenómeno.

Considerando a síntese acima mencionada, pode concluir-se que existe uma relação entre a problemática e a presença de estereótipos, preconceitos e discriminação. Para tal é crucial investir na informação e formação da população, de forma a desvanecer crenças irracionais (Silva, 2014). Paralelamente é importante adotar intervenções sociológicas que promovam a autonomização e, consequentemente, a reinserção social dos SA (Fernandes, Caldeira, Carvalho, & Moreno, 2016) - processo interativo entre a sociedade e o indivíduo, onde o último é integrado (Nascimento, 2016), objetivando a igualdade social (Alvino-Borda & Mata-Lima, 2011). De referir, a necessidade de atuar a nível da inserção (indivíduo-sociedade) e da inclusão (sociedade-indivíduo), em complementaridade, uma vez que as problemáticas da pobreza e exclusão social não devem ser consideradas numa perspectiva individual, de assistência e de satisfação das necessidades, mas numa perspectiva social integrada (OIT, 2003). Em paralelo é crucial colmatar a ausência de ações de prevenção do fenómeno

(Bento & Barreto, 2002), assim como de zelar pelo cumprimento do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que defende o direito à habitação.

De referir as limitações inerentes à presente investigação. A primeira limitação relaciona-se com o facto de a maior parte da amostra ser residente na zona Norte de Portugal, impedindo um conhecimento mais alargado a nível nacional. Salienta-se também as escassas investigações de opinião pública sobre o fenómeno, o que dificulta a comparação dos resultados obtidos e a avaliação da evolução da relação da população normativa com a problemática. De referir também, que as investigações existentes não são recentes e são, na sua maioria, de carácter internacional.

Como pistas futuras, reforça-se a necessidade de alargamento de estudos desta índole em Portugal. Reforça-se também a importância de aprofundar a presente investigação com recurso a uma amostra mais representativa e extensa em termos nacionais assim como a inclusão de outras variáveis sociodemográficas, de forma a serem apurados resultados que espelhem uma perceção global das influências da opinião pública, em Portugal. Desta forma, será possível a identificação de preconceitos, estereótipos e discriminações que acarretam impacto na perceção e relação com o fenómeno, assim como apurar indicações para o desenvolvimento de ações de resolução do fenómeno, como o redesenho de políticas públicas.

## Referências

- Aldeia, J. (2012). Investigar o fenómeno dos sem-abrigo: Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (97), 133-154. doi: 10.4000/rccs.4964
- Aldeia, J. (2014). Para além do pecado e da doença: Desconstruindo discursos sobre o fenómeno dos sem-abrigo. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, (8).
- Alvino-Borda, A., & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: Um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, (106), 219-240. doi:10.1590/s0101-66282011000200003
- Baptista, I. (2009, december). The drafting of the portuguese homeless strategy: An insight into the process from a governance-oriented perspective. *European Journal of Homelessness*, 3, 53-74.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-amor, sem-abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bines, W. (1997). The health of single homeless people. In R. Burrows, N. Pleace, & D. Quilgars (Eds.), *Homelessness and Social Policy* (pp. 132-148). New York: Routledge.
- Borchard, K. (2005). *The word on the street: Homeless men in Las Vegas*. USA: University of Nevada Press.
- Capucha, L. M. A. (2004). *Desafios da pobreza* (Tese de Doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Carrinho, P. C. M. (2012). *A saúde mental dos sem abrigo: Comunidades de inserção* (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro – Departamento de Educação, Aveiro.
- Cooper, J. C., & Madigan, K. (1999). It will keep growing, and growing... *Business Week*, 3661, 84-88.
- Costa, A. (2004). *Sem abrigo e imigração: Olhares sobre a realidade em Portugal*. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- ENIPSA (2009). *Estratégia nacional para integração de pessoas sem-abrigo: Prevenção, intervenção e acompanhamento, 2009-2015*. Retirado de [http://www4.segsocial.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www4.segsocial.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015)
- Fernandes, M. M. D. (2006). *Fechados no silêncio: Os sem abrigo* (Tese de Mestrado). Universidade Aberta, Porto.
- Fernandes, H. R., Caldeira, S. N., Carvalho, C. B., & Moreno, E. (2016, março/abril). *Saber-Pensar-Agir - SPA: (Re)educação para adultos em exclusão social*. Poster apresentado no Congresso Internacional de Educação, Psicologia e Neurociências: educar no século XXI, Açores.

- Ferreira, S. M. (2015). Alinhamentos de governação e a situação de sem-abrigo em Portugal: Perigos e insuficiências da orientação para/pelo mercado. *Serviço Social em Revista*, 17(2), 5-25. doi: 10.5433/1679-4842.2015v17n2p05
- Fortin, M. F. (2003). Noções de ética em investigação. In M. F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação: Da concepção à realização* (pp. 113-130). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- FPCEUC (2013-2015). *Relatório provisório do estudo situação de sem-abrigo e inclusão laboral: O valor do trabalho e das relações*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ISS, I.P. (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: Instituto da Segurança Social IP.
- Leão, J. L. B. C. (2014). *Estratégias espaciais de sobrevivência urbana vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Lepianka, D., Gelissen, J., & Van Oorschot, W. (2010). Popular explanations of poverty in Europe: Effects of contextual and individual characteristics across 28 European countries. *Acta Sociologica*, 53(1), 53-72. doi:10.1177/0001699309357842
- Link, B. G., Susser, E., Stueve, A., Phelan, J., Moore, R. E., & Struening, E. (1994). Lifetime and five-year prevalence of homelessness in the United States. *American Journal of Public Health*, 84(12), 1907-1912. doi:10.2105/ajph.84.12.1907
- Miguel, M., Ornelas, J., Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica*, 3(28), 437-450. doi:10.14417/ap.310
- Minnery, J. & Greenhalgh, E. (2007). Approaches to homelessness policy in Europe, the United States, and Australia. *Journal of Social Issues*, 63(3), 641-655. doi:10.1111/j.1540-4560.2007.00528.x
- Na'ndori, E. S. (2011). Subjective poverty and its relation to objective poverty concepts in Hungary. *Social Indicators Research*, 102, 537–556. doi: 10.1007/s11205-010-9743-z
- Nascimento, M. (2016). *Sem-abrigo: Perspectiva da reinserção social, uma nova vida pós-rua* (Tese de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Escola de Psicologia e Ciências da Vida, Lisboa.
- Neale, J. (1997). Theorising homelessness: Contemporary sociological and feminist perspectives. In R. Burrows, N. Pleace, & D. Quilgars (Eds.), *Homelessness and Social Policy* (pp. 35-39). New York: Routledge.

- OIT (2003). *A luta contra a pobreza e exclusão social em Portugal: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Pereira, A. C., & Oliveira, M. (2014, março, 31). Mais de cinco mil pessoas sem abrigo em Portugal. *Jornal Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2014/03/31/sociedade/noticia/mais-de-cinco-mil-pessoas-sem-abrigo-em-portugal-1630338>
- PNAI (2006). *Plano nacional de acção para a inclusão - 2006-2008*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Quintas, S. M. M. (2010). *A percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": Histórias ocultas de uma realidade no Porto* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Ravenhill, M. (2008). *The culture of homelessness*. England: Ashgate.
- Reutter, L. I., Veenstra, G., Stewart, M. J., Raphael, D., Love, R., Makwarimba, E., & McMurray, S. (2006). Public attributions for poverty in Canada. *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 43(1), 1–22.
- Rosa, V., & Guadalupe, S. (2015). A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. *Intervenção Social*, (42/45), 155-174.
- Segurança Social (2006). *Respostas sociais: Nomenclaturas/conceitos*. Lisboa: Direção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Segurança Social (2018). *Guia prático: Rendimento social de inserção*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Shier, M. L., Jones, M. E., & Graham, J. R. (2010). Perspectives of employed people experiencing homelessness of self and being homeless: Challenging socially constructed perceptions and stereotypes. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 37(4), 13-37.
- Silva, P. A. S. (2014). *Contributos para a inovação da intervenção do serviço social na situação de pessoas sem-abrigo* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Teixeira, S. M. (2011). *Sem-Abrigo: O acompanhamento institucional e a sua repercussão no quotidiano* (Tese de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Departamento de Sociologia, Porto.
- Tompsett, C. J., Toro, P. A., Guzicki, M., Manrique, M., & Zatakia, J. (2006). Homelessness in the United States: Assessing changes in prevalence and public opinion, 1993–2001. *American Journal of Community Psychology*, 37(1/2), 47-61. doi: 10.1007/s10464-005-9007-2

- Toro, P. A., & McDonell, D. M. (1992). Beliefs, attitudes, and knowledge about homelessness: A survey of the general public. *American Journal of Community Psychology, 20*(1), 53–80.
- Warner, K., Hamza, M., Oliver-Smith, A., Renaud, F., & Julca, A. (2010). Climate change, environmental degradation and migration. *Natural Hazards, 55*, 689-715. doi: 10.1007/s11069-009-9419-7
- Watson, S., & Austerberry, H. (1986). *Housing and homelessness: A feminist perspective*. London: Routledge.